

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

# GM sai da concordata e anuncia uma 'nova' empresa, agora estatal

Mais enxuto e com a maior parte de ações nas mãos do governo, grupo tenta se reerguer no mercado americano

NOVA YORK

A General Motors emergiu ontem da concordata, na qual havia entrado havia 40 dias, prometendo fazer da clientela sua prioridade absoluta e oferecer veículos mais econômicos. "A nova General Motors inicia suas atividades hoje com uma nova estrutura, um equilíbrio mais consistente e um compromisso renovado de colocar os consumidores no centro de tudo o que for feito por essa nova empresa", informou a direção da empresa, um dia depois da última autorização da Justiça americana para o fim de seu plano de recuperação judicial.

A empresa, que foi a número um do mundo no setor automobilístico e este ano deve perder até a segunda posição para a Ford - a Toyota é atualmente a maior do mundo -, vai se concentrar na produção de quatro marcas: Buick, Cadillac, Chevrolet e GMC, abandonando aquelas consideradas não rentáveis, como Saturn, Pontiac, Hummer e Saab, que estão sendo vendidas. A GM também negocia a venda do controle da Opel, sua subsidiária europeia, mas deve manter uma fatia considerável na empresa.

A GM renasce com uma mão de obra 30% menor (64 mil empregados) e com uma dívida de US\$ 48,4 bilhões - o endividamento chegou a US\$ 172,8 bilhões, reduzido com os aportes do governo americano, que devem chegar a US\$ 50 bilhões, e após as longas e duras negociações com os credores. Além disso, o número de fábricas cai de 47 para 34. O de vendas deve ser reduzido das 6 mil no ano passado para 3,6 mil até o final do ano que vem.

A estrutura acionária da companhia também é totalmente diferente. O governo dos Estados Unidos detém agora 60,8% do grupo e o do Canadá, 11,7%, em troca dos fundos públicos adiantados para a empresa. O fundo de pensão dos empregados da companhia detém 17,5%, enquanto os credores ficaram com 10%. Os planos da nova companhia são de voltar à Bolsa de Valores o mais breve possível. As ações da velha companhia viraram pó.

O presidente mundial da nova GM, Fritz Henderson, e o presidente do Conselho, Ed Whitacre, afirmaram que a empresa centenária começa uma "nova era", comprometendo-se a vender "os melhores veículos do mundo", em termos de qualidade, design e economia



NOVA ERA - Presidente da GM, Fritz Henderson, promete 'os melhores veículos do mundo', mas mercado ainda vê empresa com ceticismo

de combustível.

"Queremos aproveitar a intensidade e a rapidez das últimas semanas para transformar esta empresa", sublinhou Henderson, aludindo ao acelerado processo judicial que começou em 1º de junho, quando o grupo decidiu entrar com o pedido de recuperação judicial.

O diretor financeiro, Ray Young, garantiu que a nova GM, que acumula prejuízos líquidos de US\$ 90 bilhões desde 2005, deverá ter um resultado bruto positivo no próximo ano.

## Empresa acumula prejuízos líquidos de US\$ 90 bilhões desde 2005

O governo dos Estados Unidos, que fez grande pressão para que o processo fosse acelerado, foi discreto ao falar a respeito do assunto, ao contrário do governo canadense. "Temos esperanças de que a empresa pode agora exercer suas atividades de modo duradouro e viável, o que permitirá à nova GM manter no Canadá a produção, os empregos e as atividades relacionadas com a inovação", declarou o ministro da Indústria

do Canadá, Tony Clement.

### CETICISMO

As grandes linhas estratégicas da nova empresa - vender melhores modelos, mas de melhor qualidade, produzir mais carros de baixo consumo de gasolina e inovar em matéria de marketing - não deixaram de provocar um certo ceticismo entre os analistas.

"Há 25 anos que eu me ocupo da GM e já vi muitas reestruturações. Creio que é a sua última oportunidade de fazer as coisas corretamente", disse Michelle Krebs, analista da empresa Edmunds. "A GM suprimiu empregos, mas onde está o sangue novo?", criticou ela. "Chamaram Bob Lutz, que tem 77 anos, para dirigir o departamento de marketing e encontrar novos recursos de venda de carros", afirmou. O executivo havia anunciado sua aposentadoria, mas mudou de planos.

Segundo Rebecca Lindland, da empresa Global Insight, "o maior problema é a 'percepção' dos consumidores dos carros GM, muito criticados nos últimos anos pela má qualidade e sua inadequação à demanda. Para melhorar sua imagem, a GM prometeu ir ao encontro dos consumidores e usar o site de leilões eBay.

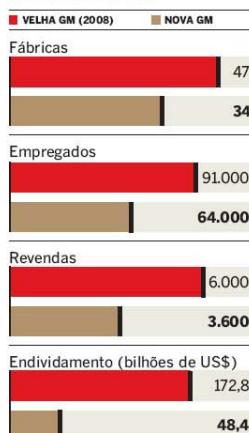
● AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

### MUDANÇA

## Como fica a nova General Motors

### Comparação

Números da velha e da nova GM nos EUA



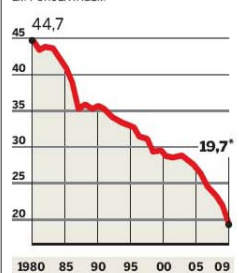
### Marcas

Velha GM	Nova GM
• Chevrolet	• Chevrolet
• GMC	• GMC
• Buick	• Buick
• Cadillac	• Cadillac
• Saturn	
• Hummer	
• Pontiac	

A expectativa da direção da nova GM é manter entre 15% e 17% a sua fatia de mercado nos EUA

### Participação de mercado

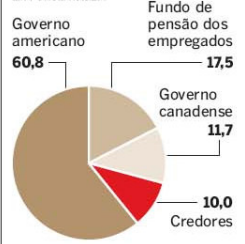
EM PORCENTAGEM



\* 1.º Semestre

### Composição acionária da nova GM

EM PORCENTAGEM



INFOGRÁFICO/AE

## Plano de R\$ 2 bi no País será anunciado a Lula na 4ª-feira

Cleide Silva

Citada como modelo a ser seguido no processo de recuperação da matriz, a General Motors do Brasil anuncia, na quarta-feira, investimentos de R\$ 2 bilhões (US\$ 1 bilhão) para o desenvolvimento local de uma nova família de veículos. Os dois primeiros modelos, um deles um popular mais barato que o Celta, serão produzidos em Gravataí (RS). O montante, a ser aplicado até 2012, virá de recursos próprios da empresa e de créditos de bancos.

A subsidiária aguardou o anúncio do fim da concordata da matriz nos Estados Unidos para confirmar o novo investimento. Atualmente, o grupo trabalha com um plano de US\$ 1,5 bilhão iniciado em 2007. A maior parte foi gasta no desenvolvimento da família Viva, cujo primeiro produto, o Agile, será lançado no último trimestre, e na construção da fábrica de motores em Joinville (SC).

O anúncio do novo programa será feito pelo presidente da GM do Brasil e Mercosul, Jaime Ardila, ao presidente Luis Inácio Lula da Silva em Brasília. Depois, o executivo seguirá para o Rio Grande do Sul, onde se reunirá com a governadora Yeda Crusius. Uma parte do investimento será destinada ao centro de desenvolvimento e engenharia de São Caetano do Sul (SP).

“Toda a nova família será desenvolvida no Brasil”, afirmou Ardila, sem dar detalhes. Segundo ele, a empresa consultou vários bancos e ainda analisa se recorrerá a empréstimos. Informações de mercado dão conta de que a GM receberá recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Ardila declarou estar “aliviado” com o fim da concordata da GM nos EUA. “Foram os dias mais difíceis da história da GM e, particularmente, da minha carreira.” Para ele, o grupo tem agora “um compromisso enorme de responder às expectativas do mercado e ao voto de confiança que os contribuintes nos deram. Não vamos perder essa segunda oportunidade”.

O executivo, de 54 anos – 25 deles na GM e há dois à frente da filial brasileira –, disse que teve apoio de fornecedores, revendedores e clientes mas, algumas vezes, sentia ter perdido o controle da situação. “Sabíamos que estávamos bem aqui – embora alguns duvidassem –, mas não tínhamos o controle do que ocorria nos EUA.”

O executivo disse que a companhia global seguirá estratégia semelhante à brasileira, “de ter respostas rápidas, ser menos burocrática e tomar decisões focadas no cliente e no desenvolvimento de produtos”.

Ele reconheceu que a GM brasileira está atrasada em relação aos concorrentes, mas disse que os novos produtos deixarão a empresa, hoje com 19,4% de participação no mercado, em pé de igualdade para competir. Para a família Viva estão previstos ao menos mais dois produtos. Já a nova família ainda não tem nome. ●

# No Brasil, recuperações judiciais se arrastam

Enquanto GM saiu da concordata em 40 dias, conclusão de processos no País leva vários anos

## Mariana Barbosa

Enquanto nos Estados Unidos, as empresas GM e Chrysler conseguem sair da concordata em tempo recorde, no Brasil as concordatas não duram menos do que dois anos e meio, três anos, quando não se arrastam por décadas.

- ◆ O caso Varig, o primeiro e mais complexo da nova Lei de Recuperação Judicial (Lei 11.101), que entrou em vigor em junho de 2005, completou quatro anos e se arrasta no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Outro caso emblemático que segue sem encerramento é o da Parmalat. A companhia, que hoje pertence à Laep Parti-

cipações, já pagou a maior parte das dívidas, mas restam ainda alguns pagamentos em aberto e a empresa segue sob proteção judicial.

“A lei 11.101 representa uma grande evolução em relação à antiga lei de falências”, afirma a advogada Laura Bumachar, do escritório Barbosa, Müssnich e Aragão. “Pela lei antiga, as empresas não saíam nunca da concordata e acabavam falindo.”

Pela nova lei, uma vez deferido o pedido de recuperação, as empresas têm 180 dias para homologar um plano. Depois disso, as empresas permanecem mais dois anos sob a proteção judicial contra credores.

Para Laura Bumachar, o pra-

zo das recuperações judiciais só será encurtado com o tempo, quando alguns pontos polêmicos tiverem sido resolvidos por meio de decisões do Superior Tribunal de Justiça. “As companhias usam os prazos até o fim, pois têm medo de sair da recuperação e não conseguem se manter por conta de processos.”

A grande agilidade no processo da GM está relacionada a um procedimento que não está previsto na legislação brasileira, que é a venda imediata e sem sucessão de dívidas do ativo principal de uma empresa que ingressa com pedido de proteção judicial. O procedimento 363 do Código de Falências dos EUA permitiu que a parte boa

da GM fosse vendida para uma nova empresa, denominada nova GM, que tem como principais acionistas os governos americano e canadense. Os demais ativos serão vendidos para pagar as dívidas remanescentes. “Esse procedimento é muito rápido e útil em uma crise. Você vende o ativo, gera caixa e divide o dinheiro entre os credores”, explica o advogado Thomas Felsberg, do escritório Felsberg & Associados.

O texto original da Lei 11.101 previa essa possibilidade em caso de falência, ao permitir que credores nomeassem um administrador judicial (que poderia ser um banco de investimento) para vender o ativo. O artigo foi

vetado pelo presidente Lula.

A lei brasileira prevê, em casos de recuperação judicial, apenas a venda sem sucessão de dívidas de uma Unidade Produtiva Isolada (UPI) – um ativo secundário, não o negócio principal da empresa. “A lei é melhor do que era, mas está na hora de melhorá-la”, diz Felsberg, que participa de um grupo que está preparando sugestões para modernizar a lei. “Uma forma de agilizar seria permitir que os credores nomeiem o administrador judicial e de, alguma forma, proteger esse administrador de processos para que ele possa agir de forma rápida.” ●